



Governo do Estado do Amapá

Secretaria de Estado de Administração

Concurso Público para Fiscal da Receita Estadual

Fiscal da Receita Estadual – 1º Dia

Caderno de questões objetivas – Tipo 1

Instruções:

- Você receberá do fiscal o seguinte material:
 - a) uma folha destinada às respostas das questões formuladas na prova;
 - b) um caderno com as oitenta questões objetivas, sem repetição ou falha.
- **Verifique se seu nome e número de inscrição são os que aparecem na folha de respostas; caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.**
- Ao receber a folha de respostas é obrigação do candidato:
 - a) ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas;
 - b) conferir seu nome e número de inscrição;
 - c) assinar a folha de respostas, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente azul ou preta;
- As questões são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- Durante a aplicação da prova o ISAE/FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos.
- Não será permitida a troca da folha de respostas.
- O tempo disponível para esta prova será de **quatro horas**.
- Reserve os vinte minutos finais para marcar a folha de respostas.
- Somente após decorridas duas horas do início da prova, o candidato poderá entregar seu Caderno de Questões, sua Folha de Respostas e retirar-se da sala de prova.
- O candidato só poderá levar consigo este caderno quando faltarem trinta minutos para o término da prova.
- Quando terminar, entregue a folha de respostas ao fiscal.
- O rascunho no caderno de questões **não** será levado em consideração para fins de avaliação.

ISAE

Instituto Superior
de Administração
e Economia



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

LÍNGUA PORTUGUESA

O jeitinho brasileiro e o homem cordial

O jeitinho caracteriza-se como ferramenta típica de indivíduos de pouca influência social. Em nada se relaciona com um sentimento revolucionário, pois aqui não há o ânimo de se mudar o *status quo*. O que se busca é obter um rápido favor para si, às escondidas e sem chamar a atenção; por isso, o jeitinho pode ser também definido como "molejo", "jogo de cintura", habilidade de se "dar bem" em uma situação "apertada".

Sérgio Buarque de Holanda, em *O Homem Cordial*, fala sobre o brasileiro e uma característica presente no seu modo de ser: a cordialidade. Porém, cordial, ao contrário do que muitas pessoas pensam, vem da palavra latina *cor*, *cordis*, que significa coração. Portanto, o homem cordial não é uma pessoa gentil, mas aquele que age movido pela emoção no lugar da razão, não vê distinção entre o privado e o público, detesta formalidades, põe de lado a ética e a civilidade.

Em termos antropológicos, o jeitinho pode ser atribuído a um suposto caráter emocional do brasileiro, descrito como "o homem cordial" pelo antropólogo. No livro *Raízes do Brasil*, esse autor afirma que o indivíduo brasileiro teria desenvolvido uma histórica propensão à informalidade. Deve-se isso ao fato de as instituições brasileiras terem sido concebidas de forma coercitiva e unilateral, não havendo diálogo entre governantes e governados, mas apenas a imposição de uma lei e de uma ordem consideradas artificiais, quando não inconvenientes aos interesses das elites políticas e econômicas de então. Daí a grande tendência fratricida observada na época do Brasil Império, que é bem ilustrada pelos episódios conhecidos como Guerra dos Farrapos e Confederação do Equador.

Na vida cotidiana, tornava-se comum ignorar as leis em favor das amizades. Desmoralizadas, incapazes de se impor, as leis não tinham tanto valor quanto, por exemplo, a palavra de um "bom" amigo. Além disso, o fato de afastar as leis e seus castigos típicos era uma prova de boa-vontade e um gesto de confiança, o que favorecia boas relações de comércio e tráfico de influência. De acordo com testemunhos de comerciantes holandeses, era impossível fazer negócio com um brasileiro antes de fazer amizade com ele. Um adágio da época dizia que "aos inimigos, as leis; aos amigos, tudo". A informalidade era – e ainda é – uma forma de se preservar o indivíduo.

Sérgio Buarque avisa, no entanto, que esta "cordialidade" não deve ser entendida como caráter pacífico. O brasileiro é capaz de guerrear e até mesmo destruir; no entanto, suas razões animosas serão sempre cordiais, ou seja, emocionais.

(In: www.wikipedia.org - com adaptações.)

1

De acordo com o texto, é **incorreto** afirmar que:

- o jeitinho brasileiro é um comportamento típico de indivíduos de pouca influência social e avessos a formalidades.
- a instituição do jeitinho tem origem, segundo os antropólogos, no comprovado caráter emocional do brasileiro.
- a imposição de leis e de ordens tidas como artificiais pode explicar a propensão do brasileiro para driblar normas.
- na sociedade colonial, era comum observar que o brasileiro tendia a valorizar a amizade em detrimento da própria lei.
- o indivíduo que utiliza a ferramenta do jeitinho age por emoção, ignorando os limites entre as esferas pública e privada.

2

Com relação à estruturação do texto e dos parágrafos, analise as afirmativas a seguir:

- O segundo parágrafo introduz o tema, discorrendo sobre a origem etimológica de *jeitinho*.
- O quarto parágrafo apresenta um fato que busca explicar a disposição para a informalidade nas relações comerciais.
- O quinto parágrafo esclarece as diferenças entre as noções de cordialidade e passividade, que não são sinônimas.

Assinale:

- se somente a afirmativa I está correta.
- se somente a afirmativa II está correta.
- se somente a afirmativa III está correta.
- se somente as afirmativas II e III estão corretas.
- se todas as afirmativas estão corretas.

3

Deve-se isso ao fato de as instituições brasileiras terem sido concebidas de forma coercitiva e unilateral, não havendo diálogo entre governantes e governados, mas apenas a imposição de uma lei e de uma ordem consideradas artificiais, quando não inconvenientes aos interesses das elites políticas e econômicas de então.

A respeito do uso do vocábulo *quando* no fragmento acima, pode-se afirmar que se trata de uma conjunção:

- subordinativa com valor semântico de condição.
- coordenativa com valor semântico de tempo.
- coordenativa com valor semântico de finalidade.
- subordinativa com valor semântico de concessão.
- coordenativa com valor semântico de explicação.

4

Assinale a alternativa que complete corretamente as lacunas do fragmento a seguir:

_____ que _____ ao mínimo as exigências de documentos autenticados para compra e venda de imóveis.

- Foi divulgado – seria reduzida.
- Foi divulgada – seria reduzidas.
- Foi divulgado – seria reduzido.
- Foi divulgada – seriam reduzida.
- Foi divulgado – seriam reduzidas.

5

Em termos antropológicos, o jeitinho pode ser atribuído a um suposto caráter emocional do brasileiro / o que favorecia boas relações de comércio e tráfico de influência

Quanto ao emprego de pronomes pessoais, os trechos sublinhados foram corretamente reescritos em:

- pode ser-lhes atribuído / as favorecia.
- pode ser a ele atribuído / lhes favorecia.
- pode ser atribuído a ele / as favorecia.
- pode-o ser atribuído / as favorecia.
- pode sê-lo atribuído / lhes favorecia.

6

Deve-se isso ao fato de as instituições brasileiras terem sido concebidas de forma coercitiva e unilateral.

Tem significação **oposta** à do termo sublinhado o vocábulo:

- licenciosa.
- tirana.
- normativa.
- proibitiva.
- repressora.

7

O emprego correto da vírgula verifica-se apenas na frase:

- (A) Quando as instituições falham o cidadão que é sempre o maior prejudicado, perde, pois deixa de ter garantidos os caminhos legais para o amplo exercício da cidadania.
- (B) A democracia brasileira embora já esteja consolidada, é recente pois o país viveu um longo período sob comando de dirigentes não escolhidos por eleições diretas.
- (C) A lei determina que, todos os cidadãos, independentemente de sua condição social, têm direito à educação gratuita e de qualidade em todos os níveis, mas nem todos podem usufruir desse direito.
- (D) O jeitinho, fenômeno generalizado no Brasil, dificilmente é avaliado como dano social, isto é, quase nunca é associado a comportamentos que podem ferir interesses coletivos.
- (E) Terminado o debate foi a vez de todos se confraternizarem numa agradável parada para o cafezinho, que já se encontra na lista das instituições nacionais.

8

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do fragmento a seguir:

O texto refere-se _____ teses antropológicas, cujos temas interessam _____ todos que se dispuserem _____ investigar a história do jeitinho brasileiro.

- (A) as – à – à.
- (B) às– a – à.
- (C) às – a – a.
- (D) as – à – a.
- (E) às – à – a.

9

De acordo com a norma padrão, o pronome relativo está corretamente empregado apenas na seguinte alternativa:

- (A) essas são algumas ideias por cujos os ensinamentos procuro me guiar.
- (B) aquelas são as mais antigas histórias de comércio as quais se tem memória.
- (C) apresentou um projeto que a principal filosofia dele é a democratização do saber.
- (D) o comportamento ético por que um povo se orienta define seu caráter.
- (E) o filósofo onde me refiro defendeu tese recentemente.

10

Assinale a alternativa que apresenta uma concordância nominal **incorreta**.

- (A) Persistência é necessário à obtenção de resultados positivos na carreira profissional.
- (B) As questões definidas serão bastantes para a arguição do doutorando.
- (C) Vão incluídos na pasta do congressista a programação e o mapa dos locais dos eventos.
- (D) Consideraram-se satisfatórios os resumos encaminhados à organização do simpósio.
- (E) Anexo à tese vão as cópias dos documentos históricos referidos no artigo.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

11

Fabio sacou R\$ 800,00 com cartão de crédito que cobra pela dívida juros (muito altos) de 10% ao mês. No mês seguinte Fabio depositou R\$ 300,00, um mês após depositou novamente R\$ 300,00 e, no mês seguinte, liquidou a dívida. O valor do terceiro depósito feito por Fábio foi de:

- (A) R\$ 280,00.
- (B) R\$ 348,40.
- (C) R\$ 440,00.
- (D) R\$ 371,80.
- (E) R\$ 464,80.

12

As ações de certa empresa em crise desvalorizaram 20% a cada mês por três meses seguidos. A desvalorização total nesses três meses foi de:

- (A) 60%.
- (B) 56,6%.
- (C) 53,4%.
- (D) 51,2%.
- (E) 48,8%.

13

Alberto investiu no início do ano de 2009 suas economias em ações de uma empresa e, no final do primeiro semestre, verificou que suas ações tinham valorizado em 25%. No final do ano Alberto declarou: "Tenho hoje o dobro da quantia que investi no início do ano". Isto significa que, no segundo semestre de 2009, as ações valorizaram em:

- (A) 60%.
- (B) 66%.
- (C) 70%.
- (D) 75%.
- (E) 100%.

14

Pedro desconta um título de R\$ 7.000,00 com vencimento de 60 dias em um banco que cobra taxa de desconto simples "por fora" de 4% ao mês. Pedro receberá:

- (A) R\$ 6.720,00.
- (B) R\$ 6.471,89.
- (C) R\$ 6.451,20.
- (D) R\$ 6.440,00.
- (E) R\$ 6.160,00.

15

Em certa loja, um artigo que é vendido por R\$ 100,00 à vista pode ser comprado em duas parcelas de R\$ 60,00, com vencimentos em 30 e 60 dias da compra. A taxa de juros ao mês (no regime de juros compostos) que a loja cobra é de, aproximadamente:

Obs: use $\sqrt{69} = 8,3$.

- (A) 9%.
- (B) 11%.
- (C) 13%.
- (D) 15%.
- (E) 17%.

ESTATÍSTICA**16**

Numa sala estão reunidos quatro auditores e seis fiscais. Se três dessas pessoas forem aleatoriamente sorteadas para formar uma comissão, a probabilidade de que a comissão seja composta por dois auditores e um fiscal é igual a:

- (A) 0,1
- (B) 0,2
- (C) 0,3
- (D) 0,4
- (E) 0,5

17

Uma variável aleatória discreta X tem cinco valores possíveis, $-1, 0, 1, 2$ e 3 , com probabilidades respectivas iguais a $0,1, 0,3, 0,2, 0,3$ e $0,1$.

Se $Y = 4 - 2X$ então a variância de Y é igual a:

- (A) 0,6
- (B) 1,4
- (C) 2,4
- (D) 2,8
- (E) 5,6

18

Uma variável aleatória contínua X é uniformemente distribuída no intervalo real $[0, 50]$. A probabilidade de que X seja maior do que 20 é igual a:

- (A) 0,8
- (B) 0,6
- (C) 0,4
- (D) 0,2
- (E) 0,1

19

Uma amostra aleatória simples de tamanho 400 de uma variável populacional normalmente distribuída com média μ desconhecida e variância igual a 25 foi observada e indicou uma média amostral igual a 12,52. O intervalo de 95% de confiança para μ é dado por:

Dados:

Se Z tem distribuição normal padrão, $P[0 < Z < 0,45] = 1,64$; $P[0 < Z < 0,475] = 1,96$; $P[0 < Z < 0,49] = 2,33$

- (A) (12,03 , 13,01)
- (B) (11,65 , 13,39)
- (C) (10,99 , 15,05)
- (D) (10,44 , 15,60)
- (E) (9,99 , 16,05)

20

Se no ajuste de uma reta de regressão linear simples de uma variável Y em uma variável X o coeficiente de determinação observado foi igual a 0,64, então o módulo do coeficiente de correlação amostral entre X e Y é igual a:

- (A) 0,24
- (B) 0,36
- (C) 0,50
- (D) 0,64
- (E) 0,80

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**21**

Com base na Lei 0811/04 e em relação às missões básicas do Poder Executivo do Estado do Amapá, analise as afirmativas a seguir:

- I. O Poder Executivo do Estado do Amapá tem a missão básica de conceber políticas públicas.
- II. O Poder Executivo do Estado do Amapá tem a missão básica de implantar políticas públicas.
- III. O Poder Executivo do Estado do Amapá tem a missão básica de avaliar políticas públicas.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

22

Os contratos regidos pela Lei 8.666/93 podem ser alterados unilateralmente pela administração pública no caso de:

- (A) modificação do projeto ou de suas especificações.
- (B) conveniência na substituição da garantia de execução do contrato.
- (C) necessidade de modificação do regime de execução da obra ou serviço.
- (D) não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.
- (E) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

23

A Secretaria da Receita Estadual do Amapá tem as seguintes atribuições, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Formular a política tributária.
- (B) Planejar a política tributária.
- (C) Executar a política tributária.
- (D) Acompanhar a política tributária.
- (E) Avaliar a política tributária.

24

Levando em consideração a doutrina da administração pública no Brasil e a Constituição Federal de 1988, o princípio da administração pública que impõe a prática de atos voltados para o interesse público é:

- (A) o princípio da moralidade.
- (B) o princípio da finalidade.
- (C) o princípio da impessoabilidade.
- (D) o princípio da continuidade.
- (E) o princípio da publicidade.

25

Na prestação de serviço público, é característica do serviço outorgado:

- (A) a transferência do serviço por prazo certo.
- (B) a transferência do serviço via lei.
- (C) a execução transpassada a terceiro.
- (D) a possibilidade de ser anulado por ato administrativo.
- (E) a presunção de transitoriedade.

26

Com relação à estabilidade do servidor público na Constituição Federal de 1988, analise as alternativas a seguir:

- I. O servidor público estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial.
- II. O servidor público estável somente perderá o cargo mediante processo administrativo.
- III. O servidor público estável somente perderá o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

27

Com relação ao controle da administração pública, analise as alternativas a seguir:

- I. Controle concomitante é aquele que acompanha a realização de um ato para verificar a regularidade de sua formação.
- II. Controle corretivo é aquele que se efetiva após a conclusão do ato.
- III. Controle de legalidade é aquele teleológico, de verificação de enquadramento de instituição no programa geral de Governo.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

28

Em um ato administrativo, o poder atribuído ao agente da administração para o desempenho de suas funções diz respeito ao requisito:

- (A) da finalidade.
- (B) da forma.
- (C) do motivo.
- (D) da competência.
- (E) do objeto.

29

Em relação aos atos administrativos assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Atos administrativos gerais têm finalidade normativa.
- (B) Atos administrativos individuais abrangem somente um indivíduo.
- (C) Atos administrativos de império expressam o poder de coerção do Estado.
- (D) Atos administrativos de gestão são os que a Administração pratica sem usar sua supremacia sobre os destinatários.
- (E) Atos regrados são aqueles para os quais a lei estabelece os requisitos e condições de sua realização.

30

A licença é um ato administrativo da espécie:

- (A) normativa.
- (B) negocial.
- (C) ordinatória.
- (D) enunciativa.
- (E) punitiva.

ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

31

Nos termos do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amapá, a ação disciplinar, quanto às infrações puníveis com destituição de cargo em comissão, suspensão e advertência, prescreverá, respectivamente, em:

- (A) dez anos, cinco anos e cento e oitenta dias.
- (B) cinco anos, dois anos e cento e oitenta dias.
- (C) cinco anos, um ano e noventa dias.
- (D) três anos, um ano e noventa dias.
- (E) três anos, um ano e sessenta dias.

32

Um servidor público, valendo-se da facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário da Secretaria da Receita, subtrai diversos objetos de uso da repartição, inclusive um microcomputador, para seu uso pessoal.

O crime descrito configura:

- (A) peculato-furto.
- (B) furto qualificado.
- (C) exploração de função.
- (D) emprego irregular de bem público.
- (E) favorecimento pessoal.

33

As penalidades disciplinares a que está sujeito o servidor, nos casos de proceder de forma desidiosa e reincidência das faltas punidas com advertência são, de acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amapá, respectivamente:

- (A) demissão e suspensão.
- (B) advertência e suspensão.
- (C) suspensão por 90 dias e suspensão por 30 dias.
- (D) advertência e destituição de cargo em comissão.
- (E) destituição de cargo em comissão e demissão.

34

O Código de Ética do Servidor da Receita Estadual do Amapá veda as condutas relacionadas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Emitir, de maneira costumeira, cheque com insuficiência de fundos.
- (B) Alterar o teor de documentos particulares.
- (C) Convidar indivíduo ou grupo de pessoas para participar de eventos com caráter político-partidário, ideológico ou religioso.
- (D) Omitir-se de tomar providências diante de irregularidades ocorridas nas operações e serviços de sua competência, mesmo que tal omissão não resulte em prejuízo para o serviço.
- (E) Praticar jogos e passatempos, em horário de trabalho, nas dependências das unidades da Secretaria da Receita Estadual.

35

De acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amapá, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar, é correto afirmar que:

- (A) o servidor não poderá deixar de ser representado no processo por advogado constituído ou defensor dativo.
- (B) a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o afastamento do servidor do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, a fim de que não venha a interferir na apuração da irregularidade, sem prejuízo da remuneração.
- (C) o prazo para conclusão da sindicância não excederá 60 (sessenta) dias, podendo, ainda, ser prorrogado, uma única vez, a critério da autoridade superior.
- (D) o processo será conduzido por comissão composta de 3 (três) servidores, estáveis ou não, designados pela autoridade competente.
- (E) para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará como defensor dativo, necessariamente, ocupante de cargo de nível superior ao do indivíduo.

36

Com relação aos crimes praticados por funcionário público contra a Administração Pública, previstos no Código Penal, considere as seguintes assertivas:

- I. Modificar ou alterar sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente acarreta, para o agente, as penas de detenção e multa.
- II. Na advocacia administrativa, a conduta típica consiste em patrocinar interesse privado alheio perante a Administração Pública, ainda que legítimo, valendo-se da qualidade de funcionário.
- III. A forma privilegiada de corrupção passiva ocorre quando o funcionário público pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional cedendo a pedido ou influência de outrem.
- IV. A concussão se consuma com a simples exigência da vantagem indevida, sendo que a sua obtenção pode se concretizar no futuro e se destinar ao agente ou a terceira pessoa.

Assinale:

- (A) se somente as assertivas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as assertivas I e IV estiverem corretas.
- (C) se somente as assertivas I, II e III estiverem corretas.
- (D) se somente as assertivas I, II e IV estiverem corretas.
- (E) se todas as assertivas estiverem corretas.

37

De acordo com a Lei 8.429/92 - Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que:

- (A) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio está sujeito às cominações da lei, salvo se o valor da herança for menor do que o dano ao erário público.
- (B) para que o agente público seja enquadrado como sujeito ativo da improbidade administrativa é necessário ser servidor público, com vínculo empregatício estatutário ou contratual.
- (C) a indisponibilidade dos bens do indiciado é uma medida de natureza cautelar, cabível quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito.
- (D) o prazo prescricional para as ações que visam aplicar sanções ao agente público que exerce cargo em comissão é de até três anos após o término do exercício do cargo.
- (E) quando o ato de improbidade ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a disponibilidade dos bens do indiciado.

38

Com base no Código Penal, considere as seguintes assertivas:

- I. Em relação aos crimes chamados funcionais, equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em empresas públicas, autarquias e sociedades de economia mista.
- II. Os jurados e mesários eleitorais foram alcançados pela conceituação de funcionário público para fins penais.
- III. Quando o funcionário público detentor de função de direção de órgão da Administração Direta pratica o crime de prevaricação, a pena é aumentada da terça parte.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

39

Trata-se de hipótese de *exclusão de culpabilidade*:

- (A) estado de necessidade.
- (B) estrito cumprimento de dever legal.
- (C) erro inevitável sobre a ilicitude do fato.
- (D) exercício regular de direito.
- (E) legítima defesa.

40

A vacância do cargo público decorre das seguintes hipóteses, **à exceção de:**

- (A) exoneração.
- (B) falecimento.
- (C) demissão.
- (D) posse em outro cargo acumulável.
- (E) aposentadoria compulsória.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ECONOMIA DO ESTADO DO AMAPÁ

41

A conquista e ocupação da Amazônia, no período colonial, foram empreendimentos conduzidos pelo Estado, planejados e executados com prioridade política pelo governo metropolitano.

(Freitas de Rezende, Tadeu Valdir, in *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras*. FFLCH, USP, São Paulo, 2006.)

A partir do texto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Em 1621, a administração do Estado do Maranhão e Grão-Pará, entidade política autônoma e independente do Estado do Brasil, passou a ser diretamente subordinada ao governo de Lisboa, iniciando-se um processo irreversível de exploração e penetração territorial pela vasta rede hidrográfica amazônica.
- II. Na primeira metade do século XVIII, Portugal passou a priorizar a definição de suas fronteiras coloniais com o propósito de revisar os acordos anteriores de limites e abolir o Tratado de Tordesilhas.
- III. A aproximação das Coroas Ibéricas favoreceu as negociações diplomáticas que resultaram na assinatura, em 1750, do Tratado de Madri, que legalizou, pelo argumento de posse da terra (*uti possidetis*) e pela busca de fronteiras naturais, a ocupação da Amazônia.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

42

Na segunda metade do século XIX, as terras do sul do Amapá foram incorporadas à economia da borracha. Alguns fatores responsáveis pela expansão da economia da borracha pelo vale do Amazonas estão relacionados a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) O aumento da demanda externa.
- (B) As inovações tecnológicas.
- (C) A ocorrência de espécies gomíferas.
- (D) O crescimento do consumo regional.
- (E) A disponibilidade de mão de obra barata.

43

Os ocupantes tradicionais da floresta estão sendo substituídos por novas atividades que adotam escalas altamente predatórias. O desmatamento para instalação de grandes latifúndios agropecuários acarreta graves impactos ambientais.

Com relação às consequências desses impactos analise as afirmativas a seguir.

- I. Destruição da biodiversidade – *o desmatamento elimina de uma só vez grande contingente de espécies, muitas vezes desconhecidas.*
- II. Ruptura do equilíbrio biomassa/solo – *a derrubada da floresta interrompe a eficiente reciclagem dos estoques de nutrientes armazenados na biomassa e expõe o solo diretamente à erosão das chuvas.*
- III. Mudanças climáticas – *a derrubada da cobertura florestal diminui a evapo-transpiração o que elimina a fonte injetora de vapor d'água na atmosfera, responsável pelas condições climáticas regionais.*

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

44

Os cerrados cobrem apenas 7% do território amapaense. Porém, em função das atuais modalidades de uso, constituem um dos domínios florísticos mais alterados e ameaçados do estado.

Em relação ao aproveitamento econômico dos cerrados no estado, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) No início dos anos 2000 foi introduzido o cultivo de arroz em escala comercial em áreas de cerrado do município de Itajubal, atualmente o maior produtor do grão no estado.
- (B) Nos municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari, extensas áreas de cerrado são destinadas à silvicultura para produção de cavacos de madeira para o mercado internacional.
- (C) Na última década, a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa) tem desenvolvido estudos para estimar o potencial de cultivo de soja nos cerrados amapaenses.
- (D) A horticultura no estado desenvolve-se, especialmente, nas áreas de transição entre floresta e cerrado dos municípios situados no entorno da capital, Macapá.
- (E) A prática de pecuária bovina extensiva é um dos principais usos dos cerrados do Amapá, que servem como refúgio para o gado no período das cheias.

45

No final do século XIX, o Brasil e a França envolveram-se numa disputa com relação à demarcação dos limites entre o Amapá e a Guiana Francesa – a chamada Questão do Amapá. A argumentação brasileira estava centralizada na localização de um rio e no texto de um tratado.

O rio e o tratado são, respectivamente:

- (A) Calçoene e Westfália.
- (B) Oiapoque e Utrecht.
- (C) Araguari e Madrid.
- (D) Oiapoque e Santo Ildefonso.
- (E) Caciporé e Westfália.

46

A Floresta Estadual do Amapá, criada em 2006, possui quatro módulos territoriais que compreendem uma área descontínua de aproximadamente 2.300.000 ha, cerca de 16% do território estadual.

Em relação a essa área institucional, assinale a alternativa correta:

- (A) sua gestão foi entregue ao Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (IMADR).
- (B) seu módulo mais extenso está situado no extremo oeste do estado, no município de Laranjal do Jari.
- (C) seus módulos de conservação foram definidos a partir da presença de extensas áreas de campos de várzea.
- (D) seu aproveitamento será disponibilizado sob regime de concessão para a utilização de produtos madeireiros e não-madeireiros.
- (E) sua criação revoga o direito legal de todas as formas de ocupação já existentes nas Unidades de Conservação.

47

No Plano Amazônia Sustentável (PAS) as diretrizes estratégicas para promover o desenvolvimento da Amazônia brasileira estão organizadas em eixos temáticos.

As alternativas a seguir apresentam os eixos temáticos do PAS, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Inclusão Social e Cidadania.
- (B) Soberania e Defesa Territorial.
- (C) Infra-Estrutura para o Desenvolvimento.
- (D) Ordenamento Territorial e Gestão Ambiental.
- (E) Produção Sustentável com Inovação e Competitividade.

48

As afirmativas a seguir apresentam algumas dificuldades existentes para a expansão da agropecuária no Estado do Amapá, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A baixa renda dos pequenos produtores dificulta a compra de corretivos e fertilizantes trazidos de outras regiões.
- (B) A inexistência de um cadastro fundiário e o reduzido percentual de terras tituladas devido à falta de regularização.
- (C) A deficiência da infraestrutura de transporte dificulta a distribuição e a comercialização dos produtos agrícolas.
- (D) A inexistência de terras públicas para atender à demanda dos agricultores locais e dos migrantes dos outros estados.
- (E) O regime itinerante de "roças" impõe constantes desmatamentos, queimadas e consequente degradação ambiental.

49

“A Região Amazônica apresenta como vocação natural o cultivo de plantas perenes, com particular relevância para as espécies frutíferas. Muitas destas frutas são pouco conhecidas, ou mesmo desconhecidas, fora de sua região de ocorrência, mas apresentam-se com potencial econômico importante tendo em vista sua utilização na alimentação das populações locais e na indústria de produtos alimentícios. Dentre estas frutas destaca-se o açaí, fruto do açaizeiro (*Euterpe oleracea*),”

(SUFRAMA, 2003)

Com relação ao açaí no estado do Amapá assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Sua produção tem sido estimulada por meio de convênios e decretos que concedem incentivos fiscais e benefícios aos produtores.
- (B) Sua extração é utilizada como um dos componentes da dieta alimentar básica das populações ribeirinhas e fonte de renda das famílias de extratores.
- (C) Seu mercado de consumo, consolidado devido ao consumo do “vinho”, vem se ampliando com a conquista de novos mercados extra-regionais.
- (D) Sua importância para a agroindústria deve-se à garantia de produção da mesma quantidade da matéria prima durante o ano inteiro, graças à sua ocorrência nas matas de terra firme.
- (E) Sua importância atrai instituições do governo que desenvolvem projetos, entre outros, de desenvolvimento de tecnologias de manejo sustentável de açais nativos.

50

Segundo o IBGE, a Região Amazônica vive hoje um novo período graças à adoção do modelo de desenvolvimento socioambiental, conceitualmente estruturado sob a égide do desenvolvimento sustentável.

Com relação aos objetivos desse modelo, analise as afirmativas a seguir.

- I. Reduzir o desmatamento e promover a adoção das práticas de manejo florestal.
- II. Desenvolver os múltiplos usos dos ambientes florestais em benefício das populações locais.
- III. Promover o desenvolvimento de sistemas agro-florestais por meio da criação de Reservas Extrativistas de Uso Sustentável.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

51

A tabela a seguir apresenta os dados de despesa de uma economia num determinado ano.

	Valores em milhões de unidades monetárias (u.m.)
Consumo	6000
Investimento	1000
Compras do governo	4000
Impostos	500
Exportações	500
Importações	700
Custo de capital	90

A partir dos dados da tabela, é correto afirmar que o PIB desta economia é de:

- (A) 10,8 bilhões de u.m..
- (B) 11,21 bilhões de u.m..
- (C) 11 bilhões de u.m..
- (D) 7 bilhões de u.m..
- (E) 6,8 bilhões de u.m..

52

Uma economia possui os seguintes dados de PIB nominal e real:

Ano	PIB nominal	PIB real
2001	200	200
2002	600	400

A variação do deflator do PIB entre os dois anos foi de:

- (A) +50%. (B) -50%.
- (C) 0%. (D) 100%.
- (E) -100%.

53

O nível geral de preços de uma economia ajusta-se:

- (A) para exacerbar as fricções causadas no mercado pelo banco central.
- (B) para trazer oferta e demanda de determinado bem ou serviço ao equilíbrio
- (C) negativamente se há política monetária expansionista.
- (D) negativamente se há aumento continuado dos gastos do governo.
- (E) para trazer oferta e demanda de moeda ao equilíbrio.

54

Segundo o modelo de crescimento econômico de Solow, um choque tecnológico positivo gera efeitos importantes em variáveis econômicas.

A esse respeito analise as afirmativas a seguir:

- I. No longo prazo, os níveis de capital por trabalhador e o PIB real por trabalhador não se alteram.
- II. No curto prazo, há aumento das taxas de crescimento do PIB real por trabalhador e do capital por trabalhador.
- III. No longo prazo, não há alterações na taxa de crescimento do capital por trabalhador.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

55

As alternativas a seguir apresentam fatores que contribuem diretamente para o aumento da demanda agregada para um nível de preços dado, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A redução do imposto de produtos industrializados (IPI).
- (B) A redução das compras do governo.
- (C) O lançamento de um programa de investimentos em infraestrutura pelo governo.
- (D) O aumento das exportações líquidas do país.
- (E) O investimento em uma nova fábrica de sapatos no país.

56

A sociedade que reduzir o consumo e aumentar o investimento deverá experimentar crescimento econômico por um período:

- (A) ilimitado de tempo, se continuar abrindo mão do consumo.
- (B) limitado, pois a acumulação de capital está sujeita a retornos decrescentes de escala.
- (C) curto, se esta sociedade já for rica o suficiente.
- (D) ilimitado, se fechar seu mercado aos produtos externos.
- (E) longo, se somente possuir grandes quantidades de recursos naturais.

57

Com a introdução de um imposto específico a ser pago pelo vendedor sobre as vendas de um produto num mercado competitivo, é correto afirmar que o preço ao consumidor será:

- (A) maior do que aquele em que o imposto seja pago somente pelo comprador.
- (B) parcialmente repassado ao consumidor e parcialmente assumido pelo vendedor.
- (C) alterado porque a receita tributária deste imposto seria nula.
- (D) mantido uma vez que não haveria mudanças no equilíbrio competitivo deste mercado.
- (E) mantido, porque os vendedores assumem o ônus da carga tributária.

58

A partir da teoria de tributação ótima da renda, a respeito do efeito líquido da alíquota sobre o bem estar social, considere as afirmativas a seguir.

- I. Quanto maior a preocupação social com a equidade, menor é o peso relativo atribuído às variações de utilidade dos indivíduos que perdem com o aumento do imposto, o que aumenta a chance de o incremento de imposto gerar um efeito positivo sobre o bem estar social.
- II. Quanto maior a desigualdade de renda, menor o peso relativo que deve ser atribuído àqueles que possuem rendas maiores, o que aumenta a chance de o incremento de imposto gerar um efeito positivo sobre o bem estar social.
- III. Quanto maior a elasticidade compensada da oferta de trabalho, maior a chance do efeito líquido da receita arrecadada ser pequeno ou negativo, o que aumenta a chance de o incremento de imposto gerar um efeito positivo sobre o bem estar social.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

59

Um imposto em cascata, implementado com a alíquota de 10%, quando há dois estágios no processo de produção e distribuição, equivale a um imposto com a alíquota:

- (A) sempre em 20%.
- (B) sempre em 21%.
- (C) de até 10%.
- (D) de 20%, se o nível de repasse do imposto ao estágio subsequente for igual a zero.
- (E) de até 21%.

60

A respeito do efeito da cobrança de impostos, analise as afirmativas a seguir:

- I. Segundo a premissa da teoria da curva de Laffer, mudanças na alíquota taxação afetam o incentivo de ganhar renda passível de taxação.
- II. A teoria da curva de Laffer estabelece que haja um valor máximo que pode ser arrecadado para um determinado nível de inflação.
- III. A receita orçamentária do governo, segundo a teoria da curva de Laffer, é máxima para alíquotas entre 15 e 30% em países em desenvolvimento.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

61

Com relação ao tema "Poder Constituinte e Emenda à Constituição", analise as afirmativas a seguir.

- I. A proposta de emenda constitucional exige um quorum qualificado para sua aprovação. A emenda constitucional será considerada aprovada após discussão e votação em dois turnos pelo Senado Federal, devendo obter três quintos dos votos dos seus membros em cada turno de votação.
- II. São temas que não podem ser objeto de proposta de emenda constitucional que os pretenda abolir: (i) a forma federativa de Estado; (ii) os direitos e garantias individuais; (iii) a separação dos Poderes; (iv) o voto direto, secreto, universal e periódico; e (v) as regras constitucionais relativas ao controle de constitucionalidade.
- III. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

62

Assinale a alternativa que reproduz uma garantia constitucional que pertence ao rol de *direitos e garantias individuais* constante do art. 5º da Constituição.

- (A) “É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho”.
- (B) “Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição”.
- (C) “O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos”.
- (D) “É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os preceitos previstos no art. 17, da Constituição”.
- (E) “São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

63

Relativamente ao Poder Judiciário, assinale a afirmativa **incorreta**:

- (A) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios e do Superior Tribunal de Justiça será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- (B) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- (C) São órgãos do Poder Judiciário, dentre outros, o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.
- (D) Conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, o subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados em nível federal e estadual.
- (E) O número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população.

64

Com relação ao tema “Sistema Tributário Nacional”, analise as afirmativas a seguir.

- I. Compete à União instituir impostos, dentre outras hipóteses, sobre renda e proventos de qualquer natureza, grandes fortunas (nos termos de lei complementar) e propriedade territorial rural.
- II. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos, dentre outras hipóteses, sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos, sendo suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.
- III. Compete aos Municípios instituir impostos, dentre outras hipóteses, sobre propriedade predial e territorial urbana, transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

65

A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados determinados princípios.

Assinale a opção cujo conteúdo **não** corresponde aos princípios constantes do art. 170, da Constituição.

- (A) Soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, busca do pleno emprego.
- (B) Propriedade privada, livre concorrência, defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- (C) Soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, vedação ao tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras que tenham sua sede e administração no país.
- (D) Função social da propriedade, livre concorrência, defesa do meio ambiente, busca do pleno emprego, redução das desigualdades regionais e sociais.
- (E) Soberania nacional, livre concorrência, defesa do consumidor.

DIREITO ADMINISTRATIVO

66

Com relação às entidades da Administração Pública Indireta, é correto afirmar que:

- (A) as autarquias quanto ao nível federativo podem ser federais, estaduais, distritais e municipais e quanto ao objeto podem classificar-se, entre outras, em culturais, corporativas e previdenciárias.
- (B) as fundações públicas podem desempenhar atividades relativas à assistência médica e hospitalar e não estão submetidas à Lei Federal 8666/93.
- (C) as empresas públicas e as sociedades de economia mista podem revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito, de acordo com o Decreto-Lei 200/67.
- (D) as empresas públicas e as sociedades de economia mista têm personalidade jurídica de direito privado, desempenham atividades de caráter econômico e seus empregados concursados podem acumular seus empregos com cargos ou funções públicas, desde que haja compatibilidade de horário.
- (E) as empresas públicas e as sociedades de economia mista que explorem atividade econômica estão sujeitas ao regime próprio das empresas privadas, no entanto, os litígios entre os empregados e as entidades decorrentes das relações de trabalho, não se submetem à Justiça do Trabalho.

67

O poder de sustação do Congresso Nacional em relação aos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar é uma função do controle:

- (A) administrativo.
- (B) político.
- (C) de legalidade.
- (D) externo.
- (E) normativo.

68

Com base na Lei Federal 8666/93, considere as seguintes afirmativas:

- I. Se, após a publicação do aviso de um edital de licitação na modalidade concorrência, a Administração resolve suprimir a exigência de um determinado documento, a publicação deverá ser renovada para ciência dos interessados, devendo ser mantida a data da realização do certame.
- II. As situações de inexigibilidade de licitação indicadas nos incisos do art. 25 da Lei de Licitações são exaustivas, não podendo ser ampliadas, já que constituem uma exceção à regra geral de licitação prévia para contratações da Administração Pública.
- III. A ausência de interessados em participar de uma Tomada de Preços justifica, por si só, a contratação por dispensa de licitação, modificadas as condições previamente estabelecidas no edital.
- IV. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados pelos licitantes por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente a afirmativa IV estiver correta.
- (E) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.

69

No que tange aos Recursos Administrativos cabíveis dos atos decorrentes da licitação, é correto afirmar que:

- (A) os recursos contra a habilitação ou inabilitação de licitantes poderão ter efeito suspensivo em razão da faculdade discricionária da Administração.
- (B) o prazo para interposição de recurso no caso de revogação da licitação efetuada na modalidade convite será de 2 (dois) dias úteis.
- (C) os licitantes habilitados somente poderão exercitar a faculdade recursal se forem desclassificados nas fases de julgamento das propostas técnicas e das propostas de preço, nas licitações do tipo "melhor técnica" e "técnica e preço".
- (D) o prazo para interposição de recurso terá início a partir da intimação do ato ou lavratura da ata, ainda que os autos do processo não estejam com vista franqueada ao interessado.
- (E) a intimação dos interessados quanto ao ato de julgamento das propostas deve ser, em qualquer hipótese, cumprida mediante publicação na imprensa oficial, a fim de que não se restrinja o direito de recurso.

70

São servidores públicos, **exceto**:

- (A) os servidores trabalhistas ocupantes de emprego público.
- (B) os servidores estatutários ocupantes de cargo público.
- (C) os servidores das empresas concessionárias de serviços públicos.
- (D) os servidores sujeitos ao estatuto especial da pessoa federativa correspondente.
- (E) os servidores temporários contratados para atenderem à necessidade temporária de excepcional interesse público.

DIREITO CIVIL

71

Tício realizou contrato de empréstimo com Mévia, no valor de R\$ 350.000,00 reais para aquisição de um imóvel avaliado em R\$ 800.000,00. Com o intuito de garantir o negócio, ofertou o referido bem em hipoteca. Foram lavradas duas escrituras públicas na mesma data, uma de compra e venda, sendo adquirente Tício, outra de hipoteca, tendo ambas sido registradas no ofício imobiliário competente. O prazo para pagamento do empréstimo foi avençado em cinco anos, incidindo juros legais e correção monetária pelos critérios do índice IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas.

Ao final do prazo contratual, Tício concluiu o pagamento das parcelas devidas e postulou de Mévia o comparecimento ao cartório para efetivação da escritura declaratória de pagamento e liberação da hipoteca que gravava o imóvel.

Diante do exposto, analise as afirmativas a seguir:

- I. ocorreu a extinção da hipoteca, pelo pagamento das prestações do empréstimo;
- II. o empréstimo pode ser declarado nulo por ausência de intervenção do pai de Tício;
- III. o prazo para o empréstimo colide com o prazo máximo para o registro da hipoteca previsto no Código Civil;
- IV. o contrato de empréstimo é lei entre as partes e não pode gerar hipoteca;
- V. sendo valor do bem muito superior ao empréstimo que gerou a hipoteca existe proibição legal para a sua instituição.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II, III, IV e V forem verdadeiras.
- (B) se somente as afirmativas II, IV e V forem verdadeiras.
- (C) se somente as afirmativa I, II e III forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
- (E) se somente a afirmativa I for verdadeira.

72

Túlio, auditor do Estado do Amapá, é designado para atuar na fiscalização de empresa comercial sediada no Estado.

Ao analisar os bens da empresa, verifica que sobre vários deles pende cláusula de usufruto, sendo beneficiária a genitora do principal sócio da empresa e que os mesmos estão colocados, provisoriamente, sob a guarda da empresa, que percebe os seus frutos. A propriedade está registrada no nome do principal sócio da empresa. Túlio, reporta tal situação ao seu supervisor e indaga-lhe sobre a regularidade de tal situação e sua consequência em eventual irregularidade constatada na empresa.

A respeito do enunciado acima analise as afirmativas a seguir:

- I. a existência de usufruto não torna o bem indisponível, podendo responder por dívidas do proprietário do bem;
- II. o usufruto é direito real que não necessita de registro, em se tratando de bens imóveis;
- III. a existência de bens em usufruto utilizados pela empresa constituem ato regular;
- IV. o usufruto pode ser extinto, pela morte da usufrutuária;
- V. a percepção de renda, pelo usufrutuário, pela utilização do bem sujeito a usufruto é regular.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II, III, IV e V forem verdadeiras.
- (B) se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- (C) se somente as afirmativas I, II e III forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
- (E) se somente a afirmativa I for verdadeira.

73

Caio, visitando a cidade de Macapá, admirou-se com a beleza da Praça Barão do Rio Branco e da Praça São Sebastião, locais aprazíveis onde a população local realiza atividades diárias, unindo cidadãos jovens, com outros mais experimentados pela vida. As praças abrigam atividade do Município, em prol da comunidade. Os eventos ali realizados são gratuitos, mas a presença de vendedores ambulantes somente ocorre mediante autorização do Município de Macapá, por meio do pagamento de dinheiro, depositado nos cofres públicos, cujo valor é destinado à manutenção do local.

Diante do exposto acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. as praças, como bens públicos, somente podem ser utilizadas gratuitamente;
- II. a atividade dos ambulantes, como vendedores de mercadorias, não pode ser autorizada pelo Município, em praças;
- III. a população utiliza as praças, em regra, sem gerar qualquer contribuição pecuniária ao poder público municipal;
- IV. sendo bens de uso especial, as praças podem ser cercadas e fechadas ao uso da coletividade;
- V. o Município pode regular as atividades na praça, determinando o uso gratuito ou remunerado das atividades ali realizadas.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I for verdadeira.
- (B) se somente as afirmativas I e IV forem verdadeiras.
- (C) se somente as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas II, IV e V forem verdadeiras.
- (E) se somente as afirmativas III e V forem verdadeiras.

74

Fábio adquiriu, por escritura pública devidamente registrada no ofício imobiliário competente, imóvel urbano constituído por apartamento, com cento e vinte metros quadrados, em prédio residencial, com habite-se outorgado pelo município de Macapá, tendo utilização regular do bem, sem ofender direitos de vizinhos ou terceiros.

Tendo em vista pressão do movimento dos sem-teto, o Prefeito da cidade resolve despejar todos os proprietários do prédio ocupado por Fábio, aduzindo necessidade social e propondo a desocupação voluntária, sem pagamento de qualquer indenização.

Diante de tais circunstâncias, sobre o direito de propriedade, analise as seguintes afirmativas:

- I. é absoluto e no caso descrito permitiria a defesa pelo proprietário do bem, notadamente judicial;
- II. é relativo, mas no caso concreto, o proprietário estaria resguardado pela lei civil;
- III. permite-se a desapropriação, por interesse social, mediante prévia indenização;
- IV. a requisição do bem particular somente pode ocorrer mediante perigo público iminente, o que não é o caso;
- V. o proprietário tem o direito de usar, gozar e dispor da coisa, defendendo-a das agressões injustas.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II, III, IV e V forem verdadeiras.
- (B) se somente as afirmativas III e IV forem verdadeiras.
- (C) se somente as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas I, II e V forem verdadeiras.
- (E) se somente a afirmativa III for verdadeira.

75

Tício é filho menor, com dez anos de idade, de Mévia e de Túlio. Em 2005, Mévia veio a falecer de problemas no parto do seu filho Nero, que sobreviveu, sem sequelas de saúde. No ano de 2007, Túlio é preso, pelo crime de tráfico de substâncias entorpecentes, sendo condenado a vinte e cinco anos de prisão. O Ministério Público iniciou procedimento para determinar a perda do poder familiar do cônjuge sobrevivente que veio a ser acolhido pelo Juiz.

Diante de tais fatos, houve a nomeação de tutor, no caso, Valeska, tia dos menores, pessoa sem filhos, que aquiesceu com o encargo. Os menores possuem bens, inclusive imóveis.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir:

- I. na ausência de indicação de tutor pelos pais ou em testamento, cabe ao Juiz a nomeação;
- II. correta a indicação de um único tutor para os irmãos órfãos;
- III. a ausência de filhos é fato impeditivo para a curatela ou motivo de escusa;
- IV. ao assumir a tutela, o tutor não mais deve se reportar ao Juiz quanto aos bens do menor, que administra, livremente;
- V. o tutor poderá aceitar, em nome dos tutelados, heranças ou legados, sem autorização judicial.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II, III, IV e V forem verdadeiras.
- (B) se nenhuma afirmativa for verdadeira.
- (C) se somente as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas I, II e V forem verdadeiras.
- (E) se somente a afirmativa III for verdadeira.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**76**

Caio, auditor fiscal estadual, é surpreendido com a instauração de processo administrativo disciplinar, contendo fatos que a Comissão entendeu qualificar sanções administrativas.

O acusado foi cientificado pessoalmente e defendeu-se, sem a presença de advogado, dos fatos narrados, produzindo todas as provas necessárias ao deslinde da questão analisada, sendo a conclusão da Comissão de Inquérito, pela aplicação da pena de suspensão pelo prazo de trinta dias.

Caio consulta alguns amigos e estes lhe informam de que haveria necessidade da presença de advogado na defesa dos seus interesses, mesmo em se tratando de processo administrativo.

Diante de tais informações, procurou advogado para verificar da possibilidade de revisão do ato punitivo, que reputou injusto.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir:

- I. os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório exigem defesa técnica, mesmo no processo administrativo disciplinar;
- II. o princípio da ampla defesa no processo administrativo disciplinar permite que o próprio acusado apresente sua defesa;
- III. exige-se a comunicação pessoal dos fatos ao acusado, permitindo-lhe o exercício do direito de defesa, no processo administrativo disciplinar;
- IV. a lei pode dispensar a presença de advogado em determinados processos, inclusive administrativos, o que não macula o princípio do devido processo legal;
- V. observado que o acusado defendeu-se e produziu provas, não há mácula no processo administrativo disciplinar.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II, III, IV e V forem verdadeiras.
- (B) se somente as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
- (C) se somente as afirmativas I, II e IV forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas I e V forem verdadeiras.
- (E) se somente a afirmativa III for verdadeira.

77

Caio promove ação pelo procedimento sumário em face de H.H.A. S/A buscando indenização por danos materiais e morais, em decorrência de acidente com veículo automotor na rodovia que liga Macapá a Oiapoque, dando à causa o valor de R\$ 500.000,00. Houve designação de audiência de conciliação, não sendo possível o acordo. Assim, foi designada audiência de instrução e julgamento, com a apresentação de rol de testemunhas, tendo cada parte apresentado dez pessoas para prestar depoimento.

Aberta a audiência, presidida pelo ilustre magistrado Creso da Silva, a mesma realizou-se com a oitiva das testemunhas arroladas e com o depoimento pessoal das partes. Não houve contradita de nenhuma das testemunhas. Pelo adiantado da hora, não foi proferida sentença.

Diante de tal enunciado, analise as seguintes afirmativas:

- I. o valor da causa não está adequado, na espécie vertente, ao procedimento sumário;
- II. o número de testemunhas arrolado pelas partes não se coaduna com o limite legal;
- III. a sentença, quando ocorrem depoimentos de testemunhas, deve ser proferida imediatamente;
- IV. a contradita poderia ser realizada após a audiência;
- V. a audiência de conciliação pode ser cancelada diante da impossibilidade de acordo.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I for verdadeira.
- (B) se nenhuma afirmativa for verdadeira.
- (C) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas IV e V forem verdadeiras.
- (E) se somente a afirmativa III for verdadeira.

78

Caio Tulio, residente em Oiapoque-AP, é surpreendido pela cobrança do IPTU, na mesma guia da Taxa de Iluminação Pública, esta declarada inconstitucional por decisão transitada em julgado do Supremo Tribunal Federal. Postulou, administrativamente, o pagamento somente do IPTU, o que lhe foi negado, por decisão do chefe da fiscalização do município.

Inconformado, procura um advogado que o aconselha a propor ação de consignação em pagamento do valor que entende devido. Feito isto, deposita, integralmente, o valor do IPTU. O município, regularmente citado, apresenta defesa. Foi prolatada sentença julgando procedente o pedido. O município apresentou recurso, improvido.

Observadas as circunstâncias acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. a ação de consignação em pagamento em matéria fiscal foi adequadamente utilizada;
- II. o depósito do valor integral do IPTU é necessário, não podendo o contribuinte requerer o pagamento em cotas;
- III. a decisão administrativa indeferitória caracteriza a mora da fazenda municipal;
- IV. o município poderá cobrar o IPTU, no caso concreto, em execução fiscal;
- V. a sentença não tem efeitos imediatos, no caso concreto.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I for verdadeira.
- (B) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (C) se somente as afirmativas IV e V forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas III, IV e V forem verdadeiras.
- (E) se somente as afirmativas I, II, III e V forem verdadeiras.

79

A Lei nº 12.016, de 07 de agosto de 2009, passou a regular o Mandado de Segurança individual e coletivo, este introduzido pela Constituição de 1988.

À luz dessa novel legislação, é correto afirmar que o Mandado de Segurança pode:

- (A) ser impetrado para atacar lei em tese.
- (B) permitir a prova pericial.
- (C) admitir dilação probatória.
- (D) ter o seu exercício sem prazo definido.
- (E) somente ocorrer mediante prova pré-constituída.

80

Creso, residente e domiciliado em Oiapoque-AP, emitiu nota promissória, no valor de R\$ 300.000,00, em favor do Banco BAX S/A, não tendo pago o valor devido. Em decorrência disso, foi proposta execução na Comarca de Macapá, local onde está localizada a agência do BAX. Regularmente citado, o executado não pagou a dívida e nem apresentou bens à penhora. O exequente não localizou, por meio de diligências próprias, quaisquer bens em nome do executado.

Creso é funcionário do Município de Oiapoque, percebendo vencimentos mensais de R\$ 10.000,00 e possuindo poupança correspondente a oitenta salários mínimos. O valor das custas judiciais e dos honorários advocatícios corresponde a cerca de quarenta salários mínimos.

Observadas as circunstâncias acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. O Juiz deverá julgar extinta a execução, pela ausência de bens que podem satisfazer o crédito em execução;
- II. Tendo em vista que é possível a penhora de valores da poupança do executado, deveria o magistrado determinar a penhora *on line*;
- III. Os valores descritos no enunciado são todos impenhoráveis;
- IV. Os vencimentos de Creso são impenhoráveis, independentemente do seu valor;
- V. A execução em tela é por título extrajudicial.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I for verdadeira.
- (B) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (C) se somente as afirmativas IV e V forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas III, IV e V forem verdadeiras.
- (E) se somente as afirmativas I, II, III e V forem verdadeiras.

ISAE

Instituto Superior
de Administração
e Economia



F U N D A Ç Ã O
GETULIO VARGAS